



Contributos para a constituição de um cânone lusófono: Timor-Leste no contexto da produção literária em língua portuguesa

Contributions to a Lusophone canon: East Timor in the context of literary production in portuguese

MICAELA RAMON¹

Resumo

Neste artigo faz-se uma breve reflexão sobre os conceitos de “lusofonia” e de “cânone literário”, discutindo-se muito particularmente a designação de “cânone lusófono” e equacionando-se o peso relativo da literatura de Timor-Leste no quadro das produções literárias do espaço lusófono. Num segundo momento, traça-se um retrato da produção literária escrita por autores timorenses ou sobre temática timorense, dedicando-se uma particular atenção à obra de Luís Cardoso, considerado o mais representativo autor timorense da atualidade.

Palavras-Chave: Lusofonia; cânone literário; literatura de timor; Luís Cardoso

Abstract

The concepts of “lusophony” and “canon” will be briefly addressed in this article, with special focus on the term “lusophone canon” and the relative weight pertaining to the literature from Timor Leste in the literary production of the lusophone countries. Thereafter, a picture of written literary production by Timorese authors or concerning Timorese themes will be painted, with particular attention to Luís Cardoso, considered the most representative contemporary Timorese author.

Keywords: Lusophony; literary canon; literature from Timor Leste; Luís Cardoso

1. ALGUMAS PRECISÕES DE NATUREZA TERMINOLÓGICA E CONCEPTUAL

O tema escolhido para este artigo exige, antes de mais, alguma reflexão em torno das noções de “lusofonia” e de “cânone literário”, especificando-se, a partir da conjugação destes conceitos, o que poderá entender-se por “cânone lusófono”.

O primeiro termo – “lusofonia” – reveste-se de múltiplos significados, assumindo não raro conotações equívocas que espoletam reações críticas expressas com veemência e paixão. De facto, em relação ao vocábulo “lusofonia” e à realidade que através dele se procura expressar há pelo menos duas posições que diferem substancialmente uma da outra.

¹ Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, micaelar@ilch.uminho.pt

Num dos lados, situam-se aqueles que vêem o termo com muita suspeição associando-o a um projeto neocolonialista que pretenderia superar o trauma da perda material das possessões coloniais por meio da imposição da supremacia dos valores imateriais da língua do antigo colonizador e dos referentes culturais que através dessa língua são veiculados. Esta posição é assumida, por exemplo, por Alfredo Margarido para quem o discurso construído em torno da ideia de “lusofonia” mais não faz do que “procurar dissimular, não (...) eliminar, os traços brutais do passado” (Margarido, 2000: 76). Sustenta ainda o autor que “o que se procura de facto é recuperar pelo menos a sua fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial, pretende manter-se o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses” (Idem, *Ibidem*).

Num plano oposto, alinham-se os que definem a “lusofonia” como um espaço geolinguístico cujo denominador comum é a língua portuguesa no conjunto da sua unidade e variedades. É este o ponto de vista que parece ser partilhado por Eduardo Lourenço quando escreve que “a lusofonia não é nenhum reino mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunhão e de compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela vincula. Nesse sentido, é um continente imaterial disperso por vários continentes onde a língua dos cancioneiros de Fernão Lopes, de Gil Vicente, de Bernardino, de Pêro Vaz de Caminha, de João de Barros, de Camões se perpetuou essencialmente a mesma para lhe chamarmos ainda *portuguesa* e *outra* na modelação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos” (Lourenço *in* Cristóvão, 2008: 29). Posição idêntica é assumida por Fernando Cristóvão, que entende a “lusofonia” como uma realidade formada por três círculos concêntricos, sem que entre eles se estabeleça qualquer relação de subordinação ou de dominação. Esses círculos, nomeados a partir do centro para a periferia, são constituídos: o primeiro, pelo conjunto das oito nações que têm o português como língua oficial; o segundo, “pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países em que, naturalmente, se estabelece o diálogo e colaboração entre a língua e a cultura comuns e as outras línguas e culturas do país” (Cristóvão, 2008: 36); o terceiro, “pelas instituições, pessoas e grupos alheios aos países lusófonos, mas que mantêm com a nossa língua comum, e com as culturas e literaturas lusófonas um diálogo de erudição, de amizade, de simpatia, de interesses vários” (Cristóvão, 2008: 37).

É este também o entendimento que temos da “lusofonia”, isto é, encarámo-la de uma perspectiva otimista como a possibilidade de partilha de uma herança comum – a língua portuguesa – que continuamente mostra o seu dinamismo através da apropriação que dela fazem todos aqueles que a usam, seja na comunicação do dia a dia, seja em contextos outros como o administrativo, o académico, o científico ou o estético.

Relativamente ao lexema “cânone”, o termo surge desde a sua origem associado às noções de seleção ou de escolha. Numa das suas primeiras aceções, o vocábulo designa a lista dos livros sagrados reconhecidos pela igreja como verdadeiros transmissores da palavra de Deus. A elaboração de tal lista implica a exclusão de outros textos considerados apócrifos, o que determina que o cânone bíblico seja encarado como um conjunto fechado e inalterável de textos que se transmitem de geração em geração e que encerram o essencial da doutrina da igreja.

A partir do Renascimento, com a progressiva secularização da cultura, o termo e o conceito estendem-se ao domínio da literatura, deixando o âmbito restrito dos textos religiosos e passando a aplicar-se a textos profanos também. Desse período em diante, o conceito de “cânone” associa-se ao conceito de “clássico”, ou seja, de autor modelar porque entendido como expoente máximo de uma cultura e veículo de transmissão do ideal estético (e ético) da civilização de que emerge. O “cânone literário” é, assim, o conjunto das obras e dos autores social e institucionalmente considerados “grandes”, “geniais”, “perenes”, comunicando valores humanos essenciais e por isso dignos de serem estudados e transmitidos de geração em geração.

A identificação e a seleção de tais obras e tais autores tem sempre implícita uma visão simultaneamente valorativa e normativa do “cânone”. Por um lado, a escolha das obras e dos autores considerados modelares define o centro e a periferia de uma dada cultura linguística e literária. Assim, os autores do centro detêm uma autoridade que advém do valor que lhes é reconhecido pela comunidade, enquanto aos autores da periferia é atribuído um papel subalterno que decorre precisamente da sua *ex-centricidade*, isto é, do seu grau maior ou menor de afastamento do centro. Por outro lado, os autores do centro impõem-se como norma, o que pode implicar uma de duas consequências: ou espelhar uma visão etnocêntrica do “cânone”, ou, pelo contrário, incentivar percursos que vão do nacionalismo ao transculturalismo, proporcionando um interessante diálogo interliterário e intercultural com a consequente construção de uma identidade aberta não só aos valores da cultura de origem, mas também às outras culturas em contacto.

Quando aplicadas ao contexto lusófono, as considerações que acabam de ser explanadas em torno da noção de “cânone” adquirem contornos próprios decorrentes das dinâmicas históricas de relacionamento entre Portugal e os países de língua portuguesa. Ao falar-se de “cânone lusófono” está-se automaticamente a remeter para um acervo de produções literárias cujo denominador comum é precisamente a língua em que são escritas. Neste sentido, a literatura portuguesa ocupa o lugar do centro, já por prerrogativas de antiguidade, já porque é a literatura-mãe de onde derivam todas as restantes que, ao longo dos séculos, se foram constituindo e afirmando.

Neste processo de emancipação, a literatura brasileira foi a primeira a destacar-se, constituindo-se a experiência linguístico-cultural do Brasil como um modelo fundador das demais autonomizações literárias em relação à literatura portuguesa. Paulatinamente, também as nações africanas lusofalantes foram produzindo as suas literaturas, maioritariamente na língua do ex-colonizador, ainda que seja através

delas que venham construindo a matriz definidora das suas identidades. Das literaturas africanas de língua portuguesa, sobretudo da angolana, da moçambicana e da cabo-verdiana, têm emergido autores que, numa importante dinâmica de redefinições diatópicas, se vêm afastando da periferia do sistema literário lusófono para partilharem o lugar do centro antes ocupado, como se disse, apenas pelas literaturas portuguesa e brasileira.

Porém, no mapa cultural dos países lusófonos, Timor constitui ainda um caso à parte. Situada na ultraperiferia do antigo império colonial português, a mais jovem República Democrática a integrar o espaço dos países de língua oficial portuguesa – Timor-Leste –, apresenta-se, para muitos dos que fazem parte dessa vasta comunidade histórica, linguística, cultural e política, como uma quase desconhecida, mormente quando se tomam como objeto de observação os sistemas de criação cultural e os produtos que daí resultam. No próprio território timorense, as políticas culturais não parecem ter tido ainda tempo de assumir protagonismo, sendo relegadas para um plano subalterno num país a braços com a definição de todos os sistemas de organização de uma sociedade.

Pese embora esta realidade, Timor-Leste tem uma literatura oral e escrita, produzida quer durante o período colonial, quer após a independência, cujo conhecimento e divulgação se afiguram cruciais para a constituição de um cânone verdadeiramente representativo da lusofonia.

2. PARA UMA BREVE HISTÓRIA DA LITERATURA DE TIMOR

Seguiremos, neste ponto, as linhas orientadoras traçadas por João Paulo Esperança num curto artigo intitulado “Um brevíssimo olhar sobre a Literatura de Timor”. Assim, adotaremos a formulação determinativa em detrimento do recurso ao adjetivo “timorense” porque consideraremos não só textos escritos por autores timorenses, como também textos versando sobre temática timorense. Cumulativamente, excluiríamos destas reflexões as referências à literatura tradicional de tradição oral por não dispormos de conhecimentos adequados sobre as fontes da mesma, nomeadamente por falta de domínio das diferentes línguas autóctones em que essa mesma literatura circula. Circunscreveremos, pois, as nossas observações aos textos produzidos e divulgados em versão escrita e em língua portuguesa.

A língua portuguesa chegou a Timor nos primeiros anos do século XVI quando os navegadores aportaram àquela ilha. Porém, antes da chegada dos portugueses já Timor era destino regular de outros povos, nomeadamente mercadores chineses, malaios ou javaneses que foram quem deu a conhecer a escrita aos habitantes da ilha. Os portugueses não se instalaram imediatamente em Timor, mas foram os que primeiro se estabeleceram de forma permanente, sobretudo através dos missionários

católicos que, juntamente com a doutrina, disseminavam também a língua². Só em meados do século XIX é que o controlo colonial se começou a fazer sentir verdadeiramente e é a partir dessa altura que é possível recensear as primeiras obras escritas nas quais Timor é tema central³.

É certo que logo no século XVI surgem referências à “ilha do sândalo” em autores portugueses, sendo de destacar a feita por Luís de Camões na estância 134 do canto X de *Os Lusíadas*: “Ali também Timor, que o lenho manda/Sândalo, salúífero e cheiroso”. Todavia, as primeiras publicações de temática inteiramente timorense apenas surgem na primeira metade do século XX, destacando João Paulo Esperança o livro de viagens de Alberto Osório de Castro intitulado *A ilha Verde e Vermelha de Timor* (1928-29) e o opúsculo de Paulo Braga, publicado em 1936 sob o título de *A Ilha dos Homens Nus*.

O período da dominação portuguesa, ao longo do século XX, deu origem a alguns exemplares daquilo que vulgarmente se define como “literatura colonial”, isto é, literatura produzida por portugueses de torna-viagem, cujas obras retratam sobretudo as vivências dos brancos, colonos, viajantes ou deportados, relegando para lugar subalterno qualquer preocupação com a construção de personagens ou com a recriação de situações representativas da população autóctone. É ainda João Paulo Esperança quem enquadra nesta categoria as novelas *Caiúru* (1939) e *Deportados* (1972), ambas de Grácio Ribeiro.

Da época do pós-25 de Abril e, portanto, já depois da retirada das tropas portuguesas de Timor e da consequente ocupação indonésia, Esperança refere romances como *Corpo Colonial* (1981), de Joana Ruas, ou *Uma deusa no “inferno” de Timor* (1980), de Francisco A. Gomes, este último classificado pelo crítico como pertencendo à “literatura de remorso”, dada a culpabilização e depreciação que nele é feita de tudo o que se relaciona com a presença portuguesa na ilha do sol nascente.

Às obras já referidas, escritas em língua portuguesa e por autores portugueses, mas com enredos ambientados em solo timorense, acrescenta João Paulo Esperança a novela de Filipe Ferreira intitulada *A nona do Pinto Brás (novela timorense)*, de 1992, e acrescentamos nós o conto de Mário de Carvalho, publicado em *editio princeps* em 1989 e recentemente republicado pela Porto Editora, intitulado “Há bens que vêm por mal”, cujo protagonista, um militar português destacado para Timor, relata um episódio ocorrido durante a invasão japonesa da ilha na 2ª Guerra Mundial com

² Se é certo que esta associação entre a disseminação da fé e da língua foi encarada como uma prática de aculturação dos povos colonizados, não é menos verdade que em certos períodos da história das relações entre Portugal e Timor situações houve em que a propagação da língua portuguesa junto das comunidades nativas foi deliberadamente dificultada como forma de garantir o isolamento e consequente subdesenvolvimento e subserviência dos habitantes autóctones da ilha: «O antigo hábito dos dominicanos de ensinarem o português foi substituído pelo estudo das línguas nativas. Esta iniciativa não foi totalmente inocente. As línguas de comunicação nativas continuavam e prolongavam no tempo o isolamento dos povos do interior. Não desenvolvendo o português, estes povos tornavam-se impermeáveis às ideias dos liberais que recém chegados ao poder ficavam dependentes da Igreja no seu contacto com os timorenses» (Ruas, 2008: 31).

³ «Em meados do séc. XIX o controlo colonial começa a fazer-se sentir verdadeiramente. Até lá, os portugueses tinham sobretudo assinado alianças ou tratados com os reinos para obter o monopólio do comércio para o exterior. Embora orgulhosos da aliança simbólica com Portugal, os Timorenses não aceitam facilmente a extensão da ocupação colonial. De 1847 até 1912, numerosos movimentos de resistência opõem-se às forças militares (...). Foram necessárias nada menos que três campanhas militares e quinze longos anos para os Portugueses conseguirem conquistar o reino de Manufahi comendado por Dom Boaventura» (Durand, 2012: 20).

contornos de forte realismo mágico. São ainda de considerar, da já referida autora Joana Ruas, o romance intitulado *A Batalha das Lágrimas*, de 2008, e o livro de contos publicado em 2009 com o título *Crónicas Timorenses*. No primeiro, a autora centra-se no período histórico que vai de 1870 a 1910, relatando as tensões vivenciadas entre as potências coloniais ocidentais e os representantes das estruturas tradicionais da sociedade timorense. O segundo livro reúne um conjunto de contos baseados em histórias reais que descrevem um período da história de Timor entre 1910 e 1965, relatando quer acontecimentos pré e pós Segunda Guerra Mundial, quer episódios que desvelam sinais de mudança tanto na metrópole portuguesa como nas restantes colónias.

No âmbito ainda dos textos escritos por portugueses, impõe-se uma referência a Ruy Cinatti por muitos considerado um filho adoptivo de Timor. Chegado ao território timorense logo após a 2ª Grande Guerra (1946), o poeta deslumbrou-se com a beleza da ilha sem deixar de ser sensível ao rasto de destruição deixado pela ocupação japonesa. Assim, a par da sua atividade profissional como funcionário da administração colonial, Cinatti foi autor de vasta literatura sobre vários aspetos naturais e culturais da ilha de Timor, ao mesmo tempo que escreveu alguns dos mais belos livros de poemas sobre ela, nos quais fica patente o seu profundo conhecimento e a sua empatia com o povo timorense⁴.

É precisamente no quadro da produção poética que cabe falar nos primeiros autores de nacionalidade timorense. Destes, o nome mais conhecido da comunidade internacional será talvez o de Xanana Gusmão, o mítico líder da resistência timorense cuja poesia reflete precisamente a luta de guerrilha levada a cabo pelos timorenses contra o ocupante indonésio e a experiência de encarceramento do autor que nunca perdeu de vista a causa da independência. Essas vivências estão retratadas no livro *Mar Meu – Poemas e Pinturas*, que o atual Primeiro Ministro da RDTL escreveu na prisão.

Outro nome a referir é o de Fernando Sylvan, pseudónimo literário de Abílio Leopoldo Motta-Ferreira que, embora tenha vivido em Portugal desde a infância, nunca perdeu o vínculo afetivo com a terra em que nasceu, erigindo-a em tema central da sua poesia. Cabe ainda citar os nomes de Borja da Costa e de Jorge Barros Duarte, autores de poesia engajada politicamente, respetivamente, à esquerda revolucionária e à direita reacionária. Alguns mais haveria porventura a indicar, porém ainda sem grande afirmação nos circuitos de legitimação literária. Não gostaríamos todavia de deixar de chamar a atenção para algumas vozes emergentes de jovens autores, ainda sem obra publicada, mas que estão dando o seu contributo para a criação literária timorense. Se integrarão ou não aquilo que venha a ser uma história da literatura de Timor, apenas o tempo se encarregará de o dizer.

⁴ Dentre as obras escritas por Cinatti sobre temática timorense cabe destacar, no âmbito da poesia, “*Uma sequência timorense*”, 1970; “*Timor – Amar*”, 1974; e “*Um cancionero para Timor*”, 1996. No domínio científico, assumem particular relevo as obras sobre botânica (“*Reconhecimento preliminar das formações florestais no Timor português*”, sobre arquitetura, nomeadamente sobre a casa tradicional timorense (“*Arquitectura timorense*”) bem assim como sobre questões de organização social (“*Brevíssimo tratado da província de Timor*” e “*Alguns aspectos de mudança social no Timor Português*”).

3. LUÍS CARDOSO (DE NORONHA), A VOZ CONHECIDA DA LITERATURA TIMORENSE

Quem conquistou já um lugar merecido no quadro da produção literária timorense é Luís Cardoso, considerado o primeiro romancista de Timor-Leste. Nascido em Cailaco, a 8 de dezembro de 1958, no seio de uma família de 11 irmãos com hábitos de vida errante motivados pelas comissões de serviço que o pai, enfermeiro de profissão, era chamado a fazer por todo o território timorense, Luís Cardoso estudou nos colégios missionários de Soibada e Fuiloro e no seminário de Dare. Aquando do “25 de Abril” de 1974, estudava em Díli, no Liceu Dr. Francisco Machado, tendo vindo depois para Portugal onde se licenciou em Silvicultura no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Segundo testemunho do próprio, o mesmo instituto era também frequentado por José Eduardo Agualusa, o qual se encarregou de propor o seu primeiro romance – *Crónica de Uma Travessia* – à editora D. Quixote, que o fez sair em 1997.

A partir dessa data, Luís Cardoso publicou mais quatro títulos, vindos a público com uma periodicidade irregular mas ainda assim cadenciada, para além de outros textos inseridos em jornais e revistas ou em obras coletivas. Nesta última categoria destaca-se o conto “Cáspita”, saído a público em 2002 numa antologia intitulada *Vésperas de Natal*. Trata-se de um conto de inspiração autobiográfica que constitui um excelente testemunho para se compreender a situação linguística de Timor-Leste, marcada pela diversidade e pelo plurilinguismo. Os restantes títulos são, por ordem de publicação: *Olhos de Coruja*, *Olhos de Gato Bravo* (2001), *A última morte do coronel Santiago* (2003), *Requiem para o navegador solitário* (2007) e *O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação* (2013), este já sob a chancela da Sextante Editora.

Não cabe no âmbito deste artigo determo-nos na análise detalhada de cada uma das obras de Luís Cardoso. Apenas diremos que as primeiras têm um carácter assumidamente autobiográfico. *Crónica de uma travessia* é um relato das deambulações quer no espaço geográfico, quer no espaço interior feitas pelo narrador e pelo seu pai, as quais permitem acompanhar a história recente de Timor recriada num universo mágico. Aliás, esta fusão entre o relato de acontecimentos de extração realista (senão mesmo histórica) com outros marcadamente fantásticos ou sobrenaturais é um traço característico da ficção do autor. *Olhos de Coruja*, *Olhos de Gato Bravo* explora os mitos do imaginário coletivo timorense, como os que se relacionam com a revolta de Manufahi. *A última morte do Coronel Santiago* conta as aventuras de um escritor *alter-ego* do autor, o qual se apaixona pela personagem feminina principal do último romance deste.

As duas narrativas mais recentes mantêm algumas marcas do estilo de Luís Cardoso como a propensão para a ironia subtil, a inclusão de termos em línguas autóctones timorenses, o hábito de titular os capítulos através do destaque gráfico dado à primeira frase de cada um deles, etc. Do ponto de vista das temáticas abordadas, estas duas últimas ficções do autor têm em comum o facto de darem a conhecer, através da escrita literária, episódios da história de Timor na sua relação com a multiplicidade de povos que têm demandado a ilha. É assim que *Requiem para o*

navegador solitário se centra na história de Catarina, uma *nona* chinesa que chega a Timor acompanhada do livro de Alain Gerbault *A la Poursuit du soleil*, e que virá a ocupar o veleiro do navegador, após a morte deste, em consequência de episódios relacionados com a invasão japonesa da ilha durante a 2^a Guerra. *O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação* entrelaça habilmente vários tempos históricos desenvolvendo, por um lado, a história de Antonio Pigafetta, o navegador italiano que completou a viagem à volta do mundo iniciada por Fernão de Magalhães e interrompida pela sua morte antes de chegar à costa timorense; e, por outro, o relato dos acontecimentos da história contemporânea de Timor em que resistentes e integracionistas tiveram de aprender a viver lado a lado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luís Cardoso é um contador de histórias talentoso; as suas narrativas encerram relatos de acontecimentos vividos de forma individual ou coletiva pelo povo timorense, o que confere um inegável interesse sociológico à sua obra para além do para nós indiscutível mérito estético da sua escrita.

Apesar do constatado, a sua obra não é ainda suficientemente conhecida e valorizada, nem em Portugal, país onde é editado, nem nos restantes países lusófonos, nem mesmo em Timor onde são escassos os que têm acesso aos bens culturais e capacidade para os fruir e apreciar. Cremos, no entanto, ser do interesse de todos – do autor, dos timorenses e da vasta comunidade de falantes do português – que a sua obra passe a integrar o cânone lusófono.

Se é certo que no espaço da lusofonia sempre coexistiram distintos grupos humanos, com diversas formas de perspetivar e de organizar as suas vivências, na contemporaneidade esta heterogeneidade cultural torna-se mais do que nunca presente, fruto da globalização mundial. Muitas vezes, as diferentes identidades culturais entram em tensão motivada pelo desconhecimento gerador de intolerância face à diferença. Para combater o isolamento identitário e promover uma verdadeira construção de uma identidade lusófona, pensamos que a inclusão de obras e de autores oriundos de todos os quadrantes do espaço da lusofonia poderá constituir um garante de uma efetiva representatividade das variedades do português, assegurando-lhe assim a manutenção do estatuto de língua pluricontinental, veículo de expressão de uma transculturalidade a todos os níveis desejável e salutar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Aguiar e Silva, Vítor (2010) *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.

Cardoso, Luís (2001) *Olhos de Coruje, Olhos de Gato Bravo*, Lisboa: Publicações D. Quixote.

- Cardoso, Luís (2002) «Cáspita» in *Vésperas de Natal - Contos*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cardoso, Luís (2003) *A Última Morte do Coronel Santiago*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cardoso, Luís (2006) *Requiem para o Navegador Solitário*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cardoso, Luís (2013) *O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação*, Porto: Sextante Editora.
- Cristóvão, Fernando (2008) *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra: Almedina.
- Cristóvão, Fernando (coord.) (2012) *Ensaio Lusófonos*, Coimbra: Almedina.
- Durand, Frédéric (2012) *Timor Leste e o Mundo*, Díli: Editions Arkuiris.
- E- dicionário de Termos Literários (www.fcsh.unl.pt/verbetes/C/canone).
- Esperança, João Paulo T. (2005) Um brevíssimo olhar sobre a Literatura de Timor, *Mealibra – Revista de Cultura*, Viana do Castelo (Portugal), Centro Cultural do Alto Minho, série 3 (16), Verão 2005, p. 131-134.
- Margarido, Alfredo (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Ed. Universidades Lusófonas.
- Pozuelos Yvancos, José Maria (2001) «O Cânone na Teoria Literária Contemporânea» in Helena Buesco, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (org.) *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp.411-457.
- Ruas, Joana (2008) *A Batalha das Lágrimas*, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.
- Ruas, Joana (2009) *Crónicas Timorenses*, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.